

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de S. Paulo

Class.: 115

Data: 14/05/84

Pg.: _____

Fatos e não boatos

190
SÔNIA DA SILVA LORENZ
SYLVIA CAIUBY NOVAES

"Como vai mexer embaixo da terra sem mexer em quem vive em cima dela?"
(Tuxaua Donato Lopes da Paz, Sateré-Mawé)

Em agosto de 1981 e setembro de 1982, a Elf-Aquitaine, companhia estatal francesa de petróleo, invadiu o território dos índios Sateré-Mawé, um dos poucos territórios demarcados pela Funai.

Foram abertas várias picadas e clareiras e detonadas cargas de dinamite, para se realizar pesquisa sísmográfica e posteriormente prospecção de petróleo. Os prejuízos causados pela primeira invasão foram avaliados na época, por um funcionário da Funai — Célio Horst em 50 milhões. A Elf pagou aos Sateré apenas 5 milhões. Os prejuízos causados pela 2ª invasão foram avaliados pelos Sateré em 80 milhões, e a Elf pagou-lhes 8,6 milhões.

Ao se retirarem da área Sateré Mawé, a Braselfa (subsidiária da Elf Aquitaine) e a CBG (Companhia Brasileira de Geofísica) deixaram enterradas na mata inúmeras cargas de dinamite que não haviam sido detonadas. O manuseio de algumas destas cargas veio a causar a morte, por intoxicação, de quatro índios: Maria Faustina Batista, Calvino Batista, Dacinho Michiles e Lauro Freitas, todos com menos de 30 anos.

Em março de 1983 os Sateré-Mawé entraram na Justiça Federal com uma ação de interdito proibitório contra a Elf-Aquitaine e a Petrobrás.

Através do CTI, os Sateré convidaram a antropóloga francesa Simone Dreyfus para que esta avaliasse melhor os danos causados pelas invasões e elaborasse um relatório informando à Elf-Aquitaine, na França, e esclarecendo a opinião pública francesa e o próprio governo socialista de Mitterand.

A visita de Simone Dreyfus à área teve enorme repercussão para os Sateré-Mawé, que por duas vezes foram expulsos da embaixada da França em Brasília quando tencionavam entregar ao embaixador uma carta denunciando os prejuízos pelas

invasões. Foi também grande a repercussão das declarações da antropóloga na opinião pública de Manaus, publicadas em vários jornais após seu retorno da área Sateré. Gostaríamos de esclarecer que tanto o jornal "A Crítica", de 8/11/83, como "Jornal do Comércio", de 20/1/84, cometeram um erro afirmando que Simone teria permanecido 9 meses na área Sateré, quando na realidade sua estadia na área durou 9 dias:

Simone Dreyfus encontrou enormes dificuldades para conseguir financiamento para sua viagem. Esta só foi possível através da passagem aérea fornecida pela Fondation de la Maison des Sciences de L'Homme. O jornal "Folha da Tarde", de 5/10/84, afirma que esta viagem foi financiada pela suposta entidade norte-americana "Sourvage", o que é uma inverdade que deve ser retificada. Com relação a esta mesma matéria deve se esclarecer que nesta viagem Simone Dreyfus foi acompanhada por Sônia da Silva Lorenz e Marco Antônio Barbosa, que tiveram sua viagem financiada pelo Centro de Trabalho Indigenista, sediado em São Paulo. Os três entraram na área Sateré a convite e acompanhados pelo tuxaua geral Donato Lopes da Paz e Raimundo Ferreira da Silva.

Mais grave ainda foi a repercussão que esta visita de Simone Dreyfus causou na França, obrigando a Petrobrás, a Funai e a Elf publicarem matérias pagas em jornais brasileiros desmentindo as declarações feitas pelos Sateré-Mawé e por Simone Dreyfus, estratégia já utilizada anteriormente para confundir a opinião pública, quando desmentiram a 1ª invasão da Elf-Aquitaine na matéria: "Petrobrás nega invasão à área indígena", jornal "A Crítica", de 23/9/81.

Nestas matérias: 1) Negam que a empresa tenha deixado na área cargas de dinamite que não explodiram, e que posteriormente causaram a morte, por intoxicação, dos quatro índios citados (jornal "O Globo", de 8/12/83). Afirmam que "o explosivo usado na prospecção sísmográfica

oferece segurança total ao manuseio, pois não é tóxico..." ("A Crítica", 6/12/83).

Estas matérias pagas ficaram desmoralizadas quando o deputado Mário Juruna, acompanhado pelo sateré mawé Dico, entregou pessoalmente as cargas de dinamite encontradas na área ao Comandô Militar da Amazônia e à Polícia Federal. A ampla divulgação desses fatos pela imprensa fez com que a Comissão de Sindicância da Funai, presidida pelo advogado Roberto Alexandre, aberta em dezembro de 1983 para apurar as quatro mortes e que até então não tinha chegado a nenhum resultado, apressasse sua conclusão, publicada no "Jornal do Comércio" em 4/4/84: "(...) A firma encarregada das explosões deixou explosivos sem serem desativados (...), e não tinha controle severo sobre os mesmos, nem tampouco na execução de seus trabalhos. As mortes, todas elas foram em decorrência do contato direto com os explosivos achados na mata (...) o que vem caracterizar ainda mais a irresponsabilidade com os trabalhos efetuados (...) há ainda explosivos na área que precisam urgentemente ser desativados".

É inadmissível que a Elf-Aquitaine julgue que as duas indenizações pagas aos Sateré-Mawé, que somam a importância de 13,6 milhões, cubram os prejuízos materiais causados, orçados pelos Sateré-Mawé e por Simone Dreyfus em 320 milhões. É também de se estranhar o fato de que uma empresa estatal do porte da Société National Elf-Aquitaine, que deveria zelar pela imagem exterior de um governo que se diz defensor intransigente dos direitos humanos, se negue a admitir as evidências, fartamente comprovadas, de haver abandonado dinamites na área, que vieram a causar as mortes dos quatro índios, por intoxicação.

SÔNIA DA SILVA LORENZ é coordenadora de projeto no Centro de trabalho Indigenista.
SYLVIA CAIUBY NOVAES é assessora do Centro de Trabalho Indigenista e professora-assistente de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da USP.